

ENTRE O ESPAÇO PROJETADO E O ESPAÇO VIVIDO:¹ INDICADORES DE UM ARRANJO ESPACIAL NA GEOGRAFIA DA NOVA JAGUARIBARA

Maria Anezilany Gomes do Nascimento²

RESUMO

Este artigo apresenta a cidade de Nova Jaguaribara, planejada e construída para reassentar os moradores de Jaguaribara, hoje inundada pelo açude Castanhão, construído no Médio Vale do Jaguaribe, Ceará. A fala dos moradores, através da qual foi possível interpretar as percepções e o sentimento com relação ao novo arranjo espacial, constituiu-se em uma importante ferramenta metodológica, sobretudo quando aliada às observações e à cartografia da cidade. A distância do rio Jaguaribe, importante variável da pesquisa, o aumento no custo de vida, em virtude dos novos serviços e equipamentos urbanos e a falta de reestruturação econômica (embora este item estivesse assegurado no Projeto Nova Jaguaribara) resultaram em dificuldades cotidianamente sentidas pelo jaguaribarense, ao se ver diante da necessidade de reconstruir o seu lugar, na nova cidade.

Palavras-chave: Espaço vivido. Lugar. Jaguaribarense. Geografia Cultural.

ABSTRACT

This article presents Nova Jaguaribara town, designed and built to replace the inhabitants of old Jaguaribara, today overflowed by Castanhão pond (built in Medium Valley of the Jaguaribe, Ceará). The liver's opinion through which was possible to decodificate feelings and perceptions of the new spacial arrangement. It was a relevant methodological tool, when linked to the cartography and observation. The farness of Jaguaribe river, an important variant of this research, the increasing cost of life, because of new urban equipments and the lack of an economical reestructure (although this item was assured by the Project New Jaguaribara) resulted in the difficulties, daily felt at the occasion they face the building of their place, in the new town.

Key-words: Lived space. Place. Jaguaribarense. Cultural Geography

INTRODUÇÃO

Em tempos de uma racionalidade voltada à reprodução ampliada do capital e à imposição da lógica instrumental à lógica cultural, observamos como resultado do padrão hegemônico de desenvolvimento os processos de desenraizamento e desculturização, bem como o acirramento da crise de valores e da relação humanidade-natureza.

¹ Expressão nascida na geografia francesa (FRÉMONT, 1976), designando a possibilidade de compreender como o homem sente, percebe e constrói a realidade, não somente pelas motivações ligadas à sobrevivência, mas também a partir das suas crenças, aspirações e representações.

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Email: lanascimento@yahoo.com.br

A mobilidade torna-se uma regra, nesse contexto, sobretudo nos grandes centros urbanos, espaços das grandes obras, povoados pelos não-lugares e pela fluidez das relações.

Essa dinâmica, entretanto, não é apenas privilégio dos espaços de complexa urbanização. Quando se apropriam dos espaços rurais, gerando também deslocamentos em massa, as grandes obras, como é o caso das barragens, mudam radicalmente, ou seja, desde a raiz, a vida da população das áreas onde se instalam. O deslocamento compulsório e o reassentamento de comunidades ribeirinhas é uma realidade resultante da construção de obras do porte das grandes barragens.

A reorganização da vida das comunidades atingidas torna-se uma necessidade gerada por decisões das quais elas não participam, por fatores exógenos à sua vida cotidiana. A transferência envolve uma série de fatores, desde aqueles relativos à sobrevivência desses moradores até a reconstrução do seu lugar, envolvendo percepções, tradições, hábitos e valores. Envolve diversos níveis e escalas: do espaço doméstico (a casa, o quintal, a roça que passa a não existir) ao exterior (a rua, a vizinhança, as imediações, até as cidades mais próximas).

O exercício empreendido nesse texto é de apresentar alguns aspectos da relação dialética entre o planejado e o vivido. Apoiamo-nos na realidade de Jaguaribara, localizada no médio vale do Jaguaribe, hoje dividida em duas:

- a) a cidade que ficou sob as águas do açude Castanhão, presente na memória e nos registros de falta relatada pelos moradores. O jaguaribarense a chama de Velha Jaguaribara;
- b) a Nova Jaguaribara, distando 55 km da antiga. Foi projetada e construída a montante, para reassentamento da população jaguaribarense, em razão da submersão do antigo distrito-sede pelo açude Castanhão.

No projeto de construção da barragem, nomeada oficialmente Padre Cícero e conhecida como Castanhão, estava prevista a inundação de parte dos municípios de Alto Santo, Jaguaretama e Jaguaribe, além da submersão de dois terços de Jaguaribara. Entre as vantagens apresentadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), ressaltava-se o abastecimento de Fortaleza, a irrigação das terras da Chapada do Apodi e o controle das enchentes do Baixo Vale do Jaguaribe.

Em 1985, ano em que a barragem foi anunciada, os moradores, embalados pelo desejo de permanecer e pela oposição de alguns especialistas que destacavam implicações na obra, iniciaram o movimento “Não ao Castanhão”. Apoiavam-se nos seguintes pressupostos técnicos:

- o Rio Jaguaribe estava perenizado pelo açude Orós, com uma vazão de 12 m³/s, a mesma prevista pelo projeto do Castanhão;
- haveria salinização dos solos do Baixo Jaguaribe;
- a evaporação anual, no Castanhão, seria de 6.800.000.000 m³/ano.

O discurso do governo, com forte apelo imagético e midiático³, apresentava a Nova Jaguaribara como uma cidade nascida do processo democrático e na qual o planejamento, desde a localização até a estrutura física urbana, teria contado com a participação da população.

Em contrapartida, a comunidade contava com o apoio de entidades, como o Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC), para produzir e divulgar material que declarava sua posição divergente no processo. Um dos maiores questionamentos que ainda ecoa no sentimento de insatisfação dos moradores diz respeito à viabilidade econômica assegurada pelo Projeto Nova Jaguaribara (Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/Governo do Estado do Ceará, 1996), não condizente com a realidade atualmente vivenciada, cinco anos após a relocação dessas famílias.

Após 16 anos de luta pelo ficar, diante da remoção que se tornava real, foi inaugurada, em 2001, a Nova Jaguaribara. O sermão da missa, realizada por ocasião da festa promovida pelo Go-

³ O programa “No Ceará é assim”, da emissora TV Jangadeiro, de propriedade do então governador, Tasso Jereissati, apresentou uma série especial de matérias sobre a cidade planejada, ressaltando a arquitetura urbana dos equipamentos públicos e a inserção de novos serviços a que o jaguaribarense teria acesso a partir da transferência para a nova cidade.

verno do Estado, reiterava o discurso governista, de uma cidade construída pela coletividade, pelo comum acordo e que seria a morada provisória até a chegada à Terra Prometida:

Faz parte desta história o processo de se acostumar a essa idéia de se mudar para uma nova cidade. Todo este tempo de preparação, os encontros com as autoridades do Estado. O acompanhamento tranquilo e competente das irmãs desde o começo vencendo problemas, superando barreiras. Faz parte desta história também um engajamento do Governo do Estado, dos arquitetos, dos engenheiros, e de toda esta multidão de pedreiros e outros trabalhadores e hoje à noite estamos reunidos todos nós em festa por causa do resultado da colaboração de todos. Uma nova cidade pra vida do povo.

Caro povo da Nova Jaguaribara, essa cidade de tijolos e pedras é entregue a vocês, para encher o seu espaço com a sua vida. É assim que se desenrola a vida de suas famílias, a convivência dos vizinhos. É nessa cidade que nascem seus filhos e se diz que já dez crianças nasceram nessa nova cidade e aqui vocês enterram também os seus falecidos. É aqui que vocês ganham o pão de cada dia e fazem a suas festas. É nessa cidade que vocês têm a chance de viver como cidadãos responsáveis.

Que vocês, irmãos, façam tudo isto na sua fé em Deus. Pois as igrejas ficam bem visíveis nesta cidade. Esse é um sinal da fé de vocês. Sabemos o que São Paulo diz e escreveu aos Hebreus: os cristãos não são cidadãos de uma cidade terrestre, mas homens que estão a caminho de uma cidade futura. Mas é nessa cidade terrestre aqui e agora que todos nós já estamos preparando a futura cidade pela nossa vida de cristãos e seguidores de Jesus Cristo. Professemos todos juntos a nossa fé nesse Deus que quer a nossa vida em unidade, que quer a nossa vida em paz e amor.

Ó Deus, sabemos que nesse mundo não temos uma cidade permanente, mas dai-nos coragem de começar a construir nas imperfeições deste mundo a cidade futura onde vós sois toda a nossa vida e luz.

A barragem foi inaugurada ainda incompleta (98%) em dezembro de 2002. Um protesto realizado durante a cerimônia de “inauguração” divulgou o número de 367 famílias que até então aguardavam assentamento (O Povo, 2002). Eram famílias da zona rural, as quais tinham direito tanto às casas, objeto de permuta, quanto aos projetos de irrigação assegurados pelo Governo do Estado.

Foram cadastradas para o processo de permuta 815 famílias, e apresentados a cada uma três modelos de habitação. A divisão na construção das casas esteve pautada na dimensão da casa antiga e dispôs das seguintes variações:

- casas de 50 m² em lote de 360 m² para os moradores que tivessem uma casa de taipa ou uma casa de alvenaria até 50 m²;
- casas de 75 m² em lotes de 360 m² para os moradores que tivessem uma casa entre 51 m² e 75 m²;
- casas de 100 m² em lotes de 540 m² para aqueles que tivessem uma casa entre 76 m² e 100 m²;
- casas de 125 m² em lotes de 540 m² para os que tivessem uma casa entre 101 m² e 125 m²;
- casas de 150 m² em lotes de 720 m² para os que tivessem uma casa maior que 125 m².

Além dessas 815 famílias, constatou-se o número de 215 moradores sem casa própria. Idealizou-se, portanto, um projeto de mutirão que se tornava inviável devido à distância entre os distritos-sede. Diante dos custos estimados, o governo determinou a construção dessas casas, que seriam pagas depois em horas de prestação de serviço à prefeitura. São casas de 36 m² em lotes de

180 m², conjugadas 10 a 10. Além destas 1030 moradias, foram construídas ainda 55 do Projeto Habitar Brasil, conjugadas 2 a 2, moradias destinadas às famílias da zona rural que optaram por morar na sede (dados cedidos pela Secretaria de Turismo e Comunicação Social do Município).

As famílias da zona rural foram indenizadas pelo terreno e benfeitorias. Diante do limite de indenização, o governo criou uma norma especial que assegurava o pagamento de R\$ 11.800,00 e o apoio a essas famílias que poderiam se dirigir a um projeto de reassentamento. Para tanto, o governo garantiu a construção de uma península chamada Curupati, uma área de aproximadamente 720 ha onde se desenvolveria um projeto de piscicultura e um projeto de irrigação voltado para 123 famílias.

INDICADORES DO NOVO ARRANJO ESPACIAL

Na concepção urbanística da nova cidade, estão distribuídos lotes amplos em torno dos principais equipamentos urbanos, uma configuração espacial bem diferente do conjunto urbano compacto na cidade antiga. Todavia, a relocação dos moradores seguiu a ordem do desenho urbano anterior, no que se refere à entrada principal da cidade. A ocupação se deu a partir das quadras localizadas na confluência com a BR-116, em direção ao Hospital Municipal.

A melhoria significativa dos serviços urbanos de comunicação, de abastecimento de água e dos sistemas de eletrificação, coleta do lixo e tratamento de esgoto está associada, na retórica do governo, à melhoria no padrão de vida do jaguaribarense, por serem estes serviços antes indisponíveis aos moradores.

As unidades de vizinhança são definidas pelo sistema viário que faz a ligação interquadras, a partir das vias locais. Nos arruamentos preenchidos pelas quadras não há casas geminadas, à exceção daquelas de “mutirão” e do Projeto Habitar Brasil. Os espaços de extensão notável entre uma e outra habitação reforçam a função de abrigo, refúgio e confinamento. Além dessa conotação, a casa se apresentava em alguns depoimentos, como lugar de maior estranheza.

Lá as casas eram conjugadas, todo mundo estava nas calçadas à noite. Aqui, as casas oferecem uma qualidade de vida melhor, mas distanciaram um pouco as pessoas, e até a área, que é uma coisa boa do ponto de vista da qualidade, a cidade em consequência disso ficou bem maior, mas para o pessoal que se criou a vida inteira em cinco minutos cruzando a cidade inteira, de repente se vê num espaço onde para sair de sua casa, vamos dizer para as imediações aqui do hospital, anda dois quilômetros. (Irmã Bernadete, 61 anos)

Distância geográfica e social, espaciosidade e apinhamento, calor ambiental e calor humano, familiaridade e estranhamento, vigilância e privacidade. Esses variados aspectos, que dizem respeito à afetividade e à agradabilidade, portanto relacionados à topofilia, (TUAN, 1983; BACHELARD, 1989) têm peso e importância diferenciada para a comunidade, Referem-se à paisagem e ao lugar, inclusive ao universo do lugar mais íntimo: a casa.

Reforçamos aqui o método pelo qual foram analisadas essas variáveis empírico-analíticas. Não pretendemos estabelecer regularidades a partir das falas e das impressões obtidas, já que a quantidade de depoimentos colhidos não é interesse deste estudo.

No ano de 2000, o distrito-sede contava com um número de 924 famílias, das quais 892 (96,5%) seriam transferidas, já que oito famílias decidiram ir para outros municípios e nove não tinham local de moradia definido. Assim, o número de pessoas a serem relocadas para a nova sede perfazia um total de 3.651 (SEINFRA).

Alguns reassentamentos decorrentes da construção de barragens ou de usinas são pautados numa distribuição dos lotes residenciais por sorteio, sem preocupação com as redes de afinidade ou de parentesco existentes entre os moradores envolvidos⁴. No caso de Nova Jaguaribara, apesar de algumas discordâncias colhidas nos depoimentos, os coordenadores do projeto afir-

⁴ Um exemplo desse processo foi o reassentamento das famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema, objeto do trabalho de Rebouças (2000).

mam ter relevado a importância da manutenção das redes de vizinhança, obedecendo ao padrão estabelecido na transposição dos lotes residenciais.

De acordo com os responsáveis pela relocação, todos os que se cadastraram no período estabelecido foram contemplados. Há controvérsias.

A maior dificuldade que eu encontro aqui é as vizinhanças que são mais longe, a igreja mais longe do centro, que nós morávamos no centro, ficamos mais longe. Aumentou o comércio, eu ando aqui e vejo gente com comércio que eu não conheço, que eu não via lá [...] eu fui no Cambeba e a Afonsina me disse: “O-lha, o Giovanni custou tanto que Dona Carmelinha perdeu a vizinhança”. (Heloísa Araújo, Loló, 68 anos, catequista).

Até uma mulher da Seinfra que eu não lembro o nome quando a gente chegou aqui, ela perguntou se eu gostava daqui. Aí, eu disse: “não, eu não gosto daqui nem pouco”. Ela disse “por que, mulher? As casas tão bonitas, não sei o quê...” aí, eu disse: “mulher, os vizinhos da gente ficaram tudo longe, a gente não sabe nem onde é as casas. A maioria do pessoal lá, eu conhecia todo mundo. Aqui, eu não sei onde é que mora.” (Maria das Graças, 45 anos, agricultora).

Alguns depoimentos reconhecem a melhoria concernente à moradia. As casas são melhores, mas as condições de vida, não. Ainda mais quando esse acesso igualitário pautado na ideia de justiça social (Plano de Estruturação Urbana do Município, 1996) significa novas tarifas para os moradores que atualmente têm de pagar pela estrutura oferecida.

Esses ônus são relativos, em primeiro lugar, a um considerável crescimento no orçamento de uma cidade que demanda mais água, luz e gente para o trabalho, o que significou um aumento de 25% na folha de pagamento⁵. O distrito-sede tinha uma praça, o novo tem mais de dez. Com isso, aumenta também a taxa de iluminação pública, que de R\$ 1.800,00 passou para R\$ 11.500,00. A espaciosidade da nova sede requereu um número sextuplicado de lâmpadas pelas ruas e praças.

O município, ao menos nos meses de transição, teve como saída recorrer à ajuda do governo do Estado. Mas os afetados diretamente com os novos encargos são os habitantes, principalmente aqueles que tinham autonomia garantida pela atividade agrícola e pesqueira e têm convivido com as dificuldades de sobrevivência.

Lá, meu marido trabalhava assim em algum bico que ele achava, certo? Mas pescava, caçava. Ele todo dia pescava, ele vendia os peixes, caçava, vendia peba. Tudo no mundo. Lá em casa era muito difícil faltar dinheiro. Aqui tem dia que não tem... não tem um centavo. Aqui é 100 % a água. Mulher, não tem condições não, a gente gastar dez metros d'água, dez de esgoto. Aí, se a pessoa não tiver um emprego... (M. das Graças, 45 anos).

Aqui, o que a gente tá vendo é que o custo de vida, ele aumentou demais, não fizeram uma cidade pra população pobre, fizeram uma cidade pra quem ganha, no mínimo, por mês, um salário mínimo. Então, quem ganha menos que isso [...] porque aqui o que a gente paga de água, se a gente consome um litro d'água, a gente paga dois. Quem veio de lá que sobrevivia da pesca e agricultura, estão sofrendo com isso. Meu marido trabalha na CAGECE, ele disse que tem mês que corta cerca de 40, 50 águas, quando lá, cortava 5 ou 10, no máximo. (R. Pinheiro, 27 anos; grifo nosso).

⁵ No ano de inauguração da cidade, o orçamento municipal já teria passado de R\$ 125 mil para R\$ 180 mil. Em entrevista ao jornal O Povo, o prefeito preocupava-se com a estruturação econômica baseada num orçamento que já não existia. “Tive que raspar o tacho, acabou tudo [...] cada secretaria está fazendo um balanço, mas a estimativa é de R\$ 96 mil a mais todos os meses”.

A cidade é notavelmente mais urbanizada do que antes. Mudaram as condições de urbanização, no entanto, a melhoria das condições de sobrevivência ainda é uma promessa. No início, à inadaptação aliava-se a falta de informação de que a água era um serviço pago e, portanto, precisava ser racionalmente usado.

A água dela [a vizinha] no primeiro mês, por falta de experiência, consumiram muita água, veio R\$ 88,00 de água. São pessoas despreparadas pra viver numa zona urbana. Eles acham que podem consumir, podem gastar água que não vão pagar nada porque lá não pagavam pela água pra beber, pra lavar louça, pra nada. E aqui, eles estão consumindo e sem saber no que vai dar... quanto você pode consumir, quanto você pode pagar (R. Pinheiro, 27 anos; grifo nosso).

Essa realidade mais urbana da Nova Jaguaribara se materializa também na lógica geométrica da ordem e do planejamento. A maior estranheza diz respeito à variável distância, pela seguinte razão: as distâncias tinham limites estabelecidos pela separação entre casa-roçado, casa-cerca, casa-pocilga, o que determinava uma heterogeneidade espacial nas relações de vizinhança.

A perda do domínio casa-quintal e roça-pasto, a mudança para vias mais largas estabelecendo uma outra distância – mais rígida – entre as unidades habitacionais são condições que exigem um tempo de adaptação, uma vez que encaminham novos hábitos e modos de vida, sobretudo para a comunidade de Poço Comprido, distrito que fica a 55 km da sede de Jaguaribara e que fora incorporado à sede de Nova Jaguaribara.

ORDEM E DESORDEM NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

A área residencial no novo distrito-sede circunda o núcleo inicial, dispersando-se sobre o chapadão, com edificações de uso misto, ou seja, usadas como local de residência e de trabalho. Esse núcleo inicial abriga as principais edificações públicas, como o Centro Administrativo, a Câmara de Vereadores, as associações comunitárias, o mercado e a igreja matriz, cuja construção foi realizada conforme o desenho da anterior, seguindo as solicitações da comunidade.

O novo comércio não concentra atividades, serviços e pessoas, dada sua maior espaciosidade. No lado norte da cidade localiza-se o comércio atacadista, à margem da via estruturante, que liga a rodovia de acesso à cidade (procedente da BR-116) com a CE-371. O comércio varejista se dispersa em torno do núcleo inicial e ao longo das vias de penetração.

São essas vias que determinam o direcionamento e a ordenação do espaço, cuja malha urbana é retangular, mantendo a lógica-padrão das quadras e lotes. O Plano Urbanístico define o sistema viário, sendo este

composto hierarquicamente pelas vias estruturais que induzem o desenvolvimento da cidade no sentido em que se propõe o crescimento. São as denominadas vias arteriais. Vias secundárias, que definem a malha viária e interligam as funções urbanas, são as vias coletoras. Vias locais, que fazem a ligação interquadras e formam as unidades vizinhança. (Plano Urbanístico, SEINFRA, 1995).

As ruas largas e retilíneas correspondem a um espaço não mais antropométrico, como no antigo desenho urbano, e se revelam incompatíveis com a realidade vivida. A preocupação com o tráfego de veículos, estabelecida na Lei do Sistema Viário (Lei nº 451, sancionada em 2001), impõe códigos e normas até então estranhos aos moradores.

As mudanças impostas pela legislação incluem a implantação das vias de retorno, dos canteiros e logradouros, do passeio separador⁶, das ciclofaixas e ciclovias, embora estas últimas sejam desconsideradas pelos ciclistas. Eles preferem usar a pista de rolamento destinada aos veículos, já que esses são de número pouco expressivo.

⁶ Calçada que separa a ciclovia da pista de rolamento.

A rejeição a essa disciplina, bem como à estandardização dos lotes residenciais, se materializa nas práticas de uma outra espacialidade, característica do vivido que se sobrepõe ao planejado. A reapropriação espacial se inscreve nas alterações das fachadas, nas ampliações e mudanças dos cômodos, até nas construções impróprias e infrações às normas e aos códigos da legislação urbana do Município.

Tais práticas só vêm legitimar que a cidade se construiu por uma ordem expressa em traços, linhas, sinais, e foi reapropriada de acordo com os hábitos e as “usanças” (Ferrara,1999). É de se esperar que sobre essa lógica normatizadora da cidade planejada se sobreponha o habitar, e consigo, as práticas de liberdade, de resistência, que Foucault denomina de heterotopias⁷.

LÉGUA TIRANA

Oh, que estrada mais comprida
Oh, que légua tão tirana
Ai, se eu tivesse asa
Inda hoje eu via a Ana.

(Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira)

A distância, como já mencionado, foi um fator determinante nas relações entre os moradores e entre esses e o lugar. Para aqueles que associam a proximidade geográfica à intimidade interpessoal, as relações com o novo espaço têm sido difíceis, considerando a distância dos entes queridos, dos amigos e de alguns vizinhos.

O negócio é as outras pessoas que a gente conhecia, as amigas da gente, né? A gente não sabe nem onde é que mora. Tem gente aqui pros lados de onde a gente morava... eu ainda não vi ainda. Já tem um ano que a gente chegou aqui. Foi no dia 23 de agosto que a gente chegou. Eu ainda não vi nem o pessoal tudo (M. das Graças, 45 anos).

A distância geográfica⁸ tem gerado uma distância social que interrompe as redes de comunicação e desvaloriza conceitos antes considerados importantes, como os de coletividade e solidariedade. “Ficou com ar de cidade grande. Cada qual vive a sua vida e a gente sente falta disso, não é dizer que lá se vivia de fofoca, não é. Sente falta do calor humano” (R. Pinheiro, 27 anos; grifo nosso).

E embora os hábitos e usos se sobreponham à ordem, o espaço planejado tem forte influência sobre alguns hábitos do vivido. A edificação dos muros, ampliando a separação entre o exterior e o espaço mais íntimo, proporciona o isolamento. A cadeira na calçada é um hábito interrompido com a construção dos alpendres.

A nossa cidade lá antiga, ela tinha a vizinhança mais unida, porque tinha a nossa calçada, aquele interior mesmo que todo mundo coloca a cadeira na calçada pra sentar e conversar, a parte do rio, que pra nós ficou essa distância. Cada casa ficou separada, a gente via que nossas casas lá eram conjugadas e aqui não, é obedecendo o plano diretor e as vizinhanças já estão com os muros praticamente subindo. (J. Carneiro, 41 anos)

E se as práticas sociais criam concepções diferenciadas de espaço e de tempo (HARVEY, 1999), em Jaguaribara a ausência de práticas antigas gera novas representações do tempo: os mo-

⁷ M.Foucault define heterotopias como sendo “espaços singulares existentes em certos espaços sociais cujas funções respectivas são diversificadas ou mesmo opostas”. (1994, p.144).

⁸ Tuan nos lembra, a despeito da realidade abordada nesse texto, que a distância social pode ser o inverso da distância geográfica: “O criado vive perto do patrão. Mas ambos não são chegados. Psicologicamente, a ausência (distância espacial) pode aumentar o afeto”. No entanto, ele nos lembra: “Tais exceções não invalidam a regra” (1983, p. 56).

radores passam a considerar que não há mais tempo na nova cidade. As conversas no mercado e o jogo de biriba, deixados de lado, correspondem à criação de um outro tempo social no qual a distância – geográfica e social – favorece o isolamento e o exercício de práticas mais individualizadas.

Lá a gente tinha um lazer, no mercado público, pra você ter uma idéia de como era tão diferente. À tarde, a gente tinha um jogo de biriba. Sentavam quatro, aí dois saíam e dois entravam. Ali, pra gente era um lazer, a gente dormia o sono do meio-dia, quando acordava lembrando pra ir pro mercado jogar o biriba. Aqui, o corre-corre que a gente tá vivendo, é como uma capital, é difícil a gente se ver. E hoje é difícil a gente ver um daqueles que vivia mais nós, direto. Aí, a gente fica pensando... analisando... que a vida de lá era outra, não resta dúvida, mas, já que a gente saiu pra cá, é pra adquirir uma vida melhor, eu acho que seja. Todo mundo espera isso. (G.Bezerra, 50 anos).

A antiga praça matriz também constituía para os moradores o que a antropologia urbana considera um “pedaço” da cidade, lugar de encontro, onde se tecem as redes de sociabilidade, joga-se conversa e fica-se sabendo das novidades. A nova praça é pouco freqüentada, um desinteresse cuja principal causa é atribuída à imagem de dispersão e amplitude desse espaço que, segundo os moradores, deveria representar concentração, convergência de pessoas e de assuntos.

Aquí, você não vai pra praça, até porque se você for, não tem ninguém. Difícilmente, tirando o sábado, porque tem a missa, mas na semana não tem ninguém. E lá, a gente tava na pracinha toda noite, tinha bastante gente. E tinha aquele aconchego que tudo o que acontecia em Jaguaribara, questão de minutos, todo mundo sabia. Tinha aquela coisa de quando eu fechava a loja e ia pra casa, tava todo mundo nas calçadas, você saía cumprimentando todo mundo. (R. Pinheiro, 27 anos).

As imagens físicas, os trajetos e fragmentos habituais (FERRARA, 1999) constituem referenciais de identificação espontânea entre os moradores e os lugares do cotidiano. Uma vez que desaparecem essas referências da vida social, perde-se o senso de orientação e de identificação com o lugar.

Você lembra da rua onde morava ... da praça, da igreja [...] (diálogo entre a moradora R. Pinheiro e o filho de 11 anos).

A ausência de antigos trajetos e dos marcos tem um efeito determinante na vida da comunidade, sobretudo na vida social dos idosos, cuja mobilidade é comprometida pela diminuição das aptidões físicas. Assim como a capacidade de adaptação se restringe, as rupturas com o espaço vivido afetam a sociabilidade. O espaço se retrai do mundo exterior para um mundo interior cada vez mais limitado.

Eu me perco às vezes, viu? (riso). Eu não tenho vergonha de dizer que eu me perco, claro, a cidade é grande. Quando diz assim: você vai pra perto da igreja, claro que eu vou bem direitinho, que quando eu volto, eu não sei onde é a casa. Eu saí da igreja sem destino, era de noite, né? Aí disse “é por aqui”, passei na prefeitura, lá vai, lá vai... quando dei fé, já tava no clube, eu disse “Aí vai...” aí encontrei o Zé Preto e perguntei “onde é a casa de mãe?” Ele disse: “não sei não, pergunta aquele povo acolá”. Aí eu cheguei, era Maria de Agneta, aí ela disse: “É lá.. aquela das porta azul.” (Heloísa Araújo, Dona Loló 68 anos).

⁹ “Uma forma de apropriação do espaço quando se trata de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de freqüentadores. Sua base física é mais ampla, permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências”. (MAGNANI, 1991).

A mulher foi quem não se deu. Ela não se dá, só se lembra de lá. Ela vinha sempre aqui quando estava construindo, ela vinha olhar pras casas, e chegava lá, eu dizia “eu quero que você vá”. Tem um menino meu que trabalhava, ela vinha com ele. Eu perguntava: “O que achou da cidade?”. Ela dizia: “é mais ou menos, é bonita, mas é estranha, diferente daqui. Mas quando chegou aqui, aí refugou. Não achou bom. O nosso menino é casado, morava vizinho. Nós na [rua] Bezerra de Menezes, ele na [rua] major Diógenes. Aí, ele agora ficou longe, difícil pra nós avistar, ela se preocupou. Porque era uma porta entrando e saindo, aí ela adoeceu da trombose. Hoje, graças a Deus, tá andando devagarzinho, a língua ficou tropa, ninguém entendia a fala dela. Aí, eu não podia sair. O ponto que eu trabalhava lá era bem pertinho, passava duas casas pra chegar no meu ponto e aqui ficou com uma distância medonha, depois da rodoviária, pra lá ainda. Como é que eu podia sair, lutando com ela de cadeira de rodas, como é que ia sair? (S. Dantas, 75 anos).

Meus meninos tomavam a bênção a ela, chamava de vó Telinha. Se a gente não for lá... teve muito ancião, que depois que chegou aqui, não botou os pés na rua (R. Pinheiro, referindo-se à antiga vizinha).

Muitas pessoas vieram até com muito boa vontade, mas não se adaptaram, a gente teve casos de pessoas idosas que esclerosaram, não conseguiram mais se adaptar no novo espaço e perderam a referência. Ficaram sem poder sair de casa, deixaram de se situar, ficaram todo o tempo fazendo referência à outra cidade, uma dificuldade que é comum a partir de uma certa idade. Mas não deixou de ser muito traumático pra família. (Irmã Bernadete Neves, 61 anos).

Essas limitações comprimem o espaço da velhice ao âmbito do mais íntimo lugar e aos lugares mais íntimos dentro dele: o lar e seus interiores. Universo do retraimento, do confinamento e também do abrigo, é na casa onde todas as gerações vivem as sensações e evocações mais profundas e onde se experiencia mais intensamente o vivido.

O NOSSO CANTO DO MUNDO

Habitar oniricamente a casa natal é mais que habitá-la pela lembrança: é viver na casa desaparecida tal como ali sonhamos um dia.

O habitar se revela pelos seus elementos e também pela ausência deles. Ausência dos objetos, das formas, das cores, da ordem e desordem. O indiscreto habitat revela padrões culturais, níveis de renda, ambições do morador. É nele que se repetem incansavelmente os gestos e hábitos cotidianos.

Nessa frágil barreira entre o público e o privado se espacializam os momentos de dor e também os de alegria e festividade, de descanso e também de refúgio. Espaço da luta e, às vezes, do luto. “Jardim povoado de sonhos” (CERTEAU, 1994), onde a cotidianidade se revela no seu mais íntimo.

A disposição do mobiliário, a divisão dos cômodos e as regras de residência revelam as transcrições no espaço das impressões e percepções, dos gostos e costumes do morador. Pressupõem assim a geografia íntima do lar, cujos signos e marcas exprimem a identidade do indivíduo ou do grupo, que conservam nesse habitat um sentido de estabilidade, de personalidade, um sentido de lugar.

A estabilidade é inerente ao lar enquanto território, espaço onde se instaura uma certa segurança, onde se imagina estar livre de todas as ameaças externas, o que nem sempre é verdade. Se assim o fosse, as famílias ribeirinhas não haveriam de abandonar suas casas de taipa durante os períodos de cheia do Jaguaribe. Mas é bem verdade que para alguns moradores, essa instabilidade não diminuiu o sentimento de abrigo e proteção na antiga casa. Alie-se a isso o aconchego pro-

porcionado pelos espaços significantes, quer seja pela funcionalidade ou pelo sentimento topofílico que despertam.

Lá, minha casinha era de taipa. Com tudo isso, era melhor lá. Aqui até melhorou a estrutura, mas isso pra mim, não influi não... [...] tinha um quintal grande, no quintal tinha um chafariz muito grande, que eu tinha feito pra encher d'água para o verão" (Cícera Xavier, 42 anos, lavadeira; grifo nosso).

Perder esses espaços, mudar o lugar (posição) dos móveis, adaptar-se à nova divisão dos cômodos e assim dos percursos, pressupõe uma interferência na relação identitária morador-moradia.

A entrega da casa pronta consistiu em vantagem, sobretudo para aqueles que não possuíam casa própria no antigo distrito-sede e que não precisaram construí-la em regime de mutirão¹⁰. No entanto, esse processo de permuta pressupôs também uma desvantagem: não participar da projeção dos espaços, das prioridades.

Construir a própria casa ou participar dessa construção possibilita ao morador projetar o ideário das dimensões, das posições, do que é prioritário e daquilo que não é. A disposição dos móveis, a estética, o tamanho dos cômodos conferem uma autonomia àquele que, antes de morar, participou da projeção e construção dos espaços e lugares de sua moradia.

Quem construiu fui eu, a partir da base; eu ganhei o terreno, fui juntando os tijolos, em seguida, para o meu casamento, eu fiz a casa. (J. Carneiro, 41 anos).

Meu pai foi quem construiu. Ele e outro pedreiro. (E. Gomes, 19 anos).

Foi eu mesmo e o velho meu sogro. Eram tudo grandes. Eram três salas, dois quartos, cozinha, banheiro, área de entrada. (S. Negreiros, 75 anos).

Minha casa aqui é de 100 metros, ela tem uma área, tem sala, três quartos, o banheiro e a cozinha. Eu acho um pouco mais apertada do que a minha lá do Poço Comprido Tem alguns compartimentos que são um pouco apertados. Se a gente fosse fazer, faria de outra forma, melhor. A minha casa, ela tinha nove compartimentos e eu gostava da divisão, porque a gente arrumava tudo do jeito que a gente gostava. E gostava muito do quintal, porque era grande, o meu pai já tinha plantado muitas frutas. (E. Gomes, 19 anos).

A importância dada às descrições da antiga moradia se manifesta nos relatos de "mapeamentos dinâmicos do espaço", que, como nos descreve Certeau, configuram a genealogia dos lugares e a legenda dos territórios. Ao relatar com riqueza de detalhes a posição dos objetos, o percurso realizado entre os diferentes compartimentos e a sua ordem na geografia de cada lar, o morador expõe uma memória onde se mantém viva tanto a função de "legislação espacial" quanto a importância dessa ordem pré-estabelecida.

Ela tinha uma sala central, um corredor, um bequinho estreito, à direita, dois quartos, a cozinha, o banheiro e tinha uma área de serviço e ao lado eu fiz outro quarto e uma garagem pela frente. (A. Pessoa, 29 anos).

¹⁰ Numa primeira etapa de trabalho da equipe responsável pela permuta foi constatado um número de 215 famílias que não possuíam casa própria. A partir de então, foi traçado um projeto de mutirão, que logo se mostrou inviável devido ao fator distância (o antigo distrito-sede ficava a 55 km do novo). O governo teria de custear o transporte e as despesas dos moradores durante a construção das casas. Optou-se assim pela entrega das casas prontas. São casas de 36 m² em lotes de 180 m, conjugadas 10 a 10.

Quem morava numa casa de taipa descreve o rio como uma extensão da moradia. Ao falar sobre a permuta, a forte impressão de perda. À estabilidade oferecida pela casa de alvenaria se sobrepõe a importância da casa antiga, que estando próxima ao rio, era também local de trabalho.

A minha casa lá era grande. Era de taipa, mas era grande. Ficava assim de frente pro sol, aí tinha uma sala grande. Aí, depois tinha o corredor, o quarto, aí tinha outra sala e tinha a cozinha. Tinha um quintal grande. Era pertinho do rio. Foi meu marido mesmo que construiu. O dono do terreno me deu e ele fez. (Cícera Xavier, dona Ciça, 42 anos).

Mas a mobilidade constante e os tempos de sofrimento causado pelas enchentes do Jaguaribe impedem a alguns a sedimentação de boas lembranças. Como nos lembra Bosi: “Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (1994, p. 443).

Lembranças, só de tristeza, alegria nós nunca tivemos. Só era bonito, mode [por causa do] o rio, né? (Francisca da Silva, 71 anos, ex-moradora no Alto da Balança, área de risco de inundação do antigo distrito-sede).

“EXPERIÊNCIAS PESSOAIS COM O LUGAR”: O CASTANHÃO E O JAGUARIBE

Quer seja o pescador, a lavadeira, a aposentada, o comerciante, a agricultora, quando questionados sobre a casa, a rua, o lazer, as estratégias de sobrevivência, sempre têm respostas relacionadas ao rio, elemento do imaginário jaguaribarense, cuja falta está diretamente ligada a uma importante variável: a distância. Tanto no distrito-sede quanto em Poço Comprido, o Rio ficava “na soleira da porta”.

O rio era muito bom, pertinho. Era bem pertinho. Saiu, passeou um pouco, tava no rio. Achava muito bonito lá. Aqui eu ainda não vi o rio. Ainda não deu tempo eu chegar lá. (Sebastião Negreiros, 75 anos, marceneiro; grifo nosso).

Mais que um elemento da paisagem, acidente geográfico ou marco, o rio era parte da identidade do morador ribeirinho, beiradeiro. Era o seu “canto” (BACHELARD, 1989). Mesmo para os moradores mais afastados das águas do Jaguaribe, foi a relocação para o novo distrito-sede que acabou a relação de proximidade entre a cidade e o rio, modificando as estratégias de lazer, o sentido de certos hábitos e de certos dias.

Ah, o banho no domingo, né? Era muito próximo, tinha aquela peixada na beira do rio, a gente sempre freqüentava sábado e domingo, aqui pra ir pra lá – porque o banho aqui é debaixo da ponte, tem ponte aqui – mas não é como lá, nunca é. Porque lá era pertinho, mesmo aquele que não tivesse um transporte, ia de pés, passava lá o dia todinho. Aqui pra ir é uns três quilômetros ou mais. (Gilson Bezerra, 50 anos, comerciante; grifos nossos).

Galhos de oiticica, “trampolim improvisado”, os banhos no poço fundo, a fartura do Velame¹¹. São indicadores de que o Jaguaribe, fonte de renda, ícone da paisagem, lugar de refúgio e das brincadeiras, não é narrativizado em si somente, mas na relação com outros elementos da paisagem, os quais passavam a ser também referenciais – o verde, as vazantes, as pedras.

No leito do rio Jaguaribe todas as pedras e poços são conhecidos por nomes, como a Pedra do Morcego, que com suas formas convexas atrai grande quantidade deste mamífero voador; Pedra do Simão; Pelada; Pedra do Sino, que sen-

¹¹ Açude público administrado pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Além do Jaguaribe e de seus afluentes, o açude do Velame era o principal recurso hídrico da região e tinha capacidade para 2.555 mil metros cúbicos.

do tocada por outra, emite sons muito parecidos com os de um sino. (SILVA, 1999, p. 38).

A distância do rio para a nova sede consiste na perda da autonomia do trabalho para os pescadores e para os agricultores de vazante. O Jaguaribe fica agora mais de 3 km distante dos moradores. Nascidos e criados às margens do rio, eles atribuem à nova relação espacial fragilidades no campo econômico, afetivo e simbólico.

Traíras, tucunarés, piaus, tambaquis, tilápias, piranhas, curimatãs e carás. Para os pescadores, o afastamento significa a dificuldade de acesso à variedade píceca que se encontrava também nos açudes, “logo ali, no quintal de casa”. A dependência dos projetos de irrigação e piscicultura prometidos pelo governo passa a constituir uma realidade de expectativas em torno de mudanças positivas.

Como o Castanhão é o elemento-chave na reorganização da vida e do espaço dos jaguari-barenses, é importante que se apresentem alguns aspectos dessa barragem que dizem respeito à distância entre os moradores e o rio e que configuram uma nova relação destes com a água.

O CASTANHÃO

É notório que o maior impacto negativo da barragem consiste na transferência compulsória dos moradores, tanto do distrito-sede e de Poço Comprido, quanto das comunidades rurais, embora o Plano de Estruturação Urbana afirme que a proximidade entre os moradores e o rio não se perde na organização do novo sítio urbano. Consta no Plano de Estruturação Urbana de Jaguaribara (2001): “Este estreito relacionamento não poderia deixar de ser considerado. Aproximar a população do rio, porém de forma segura, se tornou um condicionante fundamental”.

A organização da economia do Município tinha base na agricultura e na pecuária (IBGE, 1996). As estratégias de sobrevivência se davam em torno do binômio solo-água para as comunidades rurais. As margens de aluvião do rio Jaguaribe possibilitavam o plantio e o sustento das famílias ao longo dos anos de seca, além de serem suporte para a criação do gado.

Às famílias da comunidade rural que foram reassentadas em projetos de piscicultura, assegurava-se a manutenção das atividades produtivas, das antigas formas de trabalho, do contato com o rio. No entanto, a nova realidade diante dos projetos de reassentamento diz respeito a famílias que desde 1999 ainda esperam a piscicultura, que “não saiu do papel”.

As famílias reassentadas continuam aguardando investimentos que tornem produtivos os projetos de reassentamento¹². Aqueles conduzidos ao reassentamento em área de sequeiro queixam-se das condições de moradia – há falta de água potável, cujo único abastecimento se faz por carro-pipa, e as unidades habitacionais são incompatíveis com o tamanho das famílias – e das condições de produção que possam garantir a sustentabilidade.

Retirar os proprietários de onde lhes eram garantidos os meios de subsistência e remanejá-los para projetos improdutivos significa lhes subtrair:

- (1) a sobrevivência vinda da pesca e as condições de produção mais fértil nos solos de vazante;

Essas pessoas que viviam do peixe, que lá o rio era bem pertinho, aquele pessoal do alto da Balança que vivia da pesca não tinha o que comer em casa e ia lá no rio, pescava, botava os filhos pra vender o peixe e aquele dinheiro já dava pra uma mistura, comprar um arroz, um feijão e aqui não tem isso. (Rosângela Pinheiro, 27 anos, comerciante).

¹² Os investimentos públicos necessários são da ordem de R\$ 23,6 milhões, dos quais R\$ 2,9 milhões cabem ao estado e R\$ 20,6 milhões ao DNOCS.

- (2) as possibilidades de trabalho e autonomia, uma vez que os projetos estão sem funcionamento; não há outras opções de trabalho na Nova Jaguaribara e muitos desses moradores não estão aptos para outra atividade senão a agricultura.

Tinha muitas pessoas na Jaguaribara que trabalhavam na agricultura; então a gente sempre tem esse medo de que eles nunca consigam um pedaço de terra pra plantar e acabe passando necessidade. (Erivanda Gomes, 19 anos, estudante).

- (3) o sentimento topofílico¹³, haja vista que a maioria é de pequenos agricultores, hábeis a trabalhar junto à terra. Seu apego ao lugar vem da experiência com a natureza; sua devoção à terra vem da segurança que ela proporciona e seu orgulho vem da habilidade da própria força física e da vontade em transformar a terra em produtividade.

Aqui as vazantes já têm seus donos e não foram desapropriadas. Aqueles que vieram da zona rural porque não tinham mais direito a reassentamento, uns poucos vão permanecer como agregados em alguns projetos de irrigação. (Irmã Bernadete, 61 anos).

Você sair de uma função que era sua pra tentar assumir outra, a pessoa não vai se adaptando, então prejudicou muito [...] nunca se ouviu uma família pedir um carço pra comer. Todo mundo dava pra viver ou com pouco ou com muito. (Jeso Carneiro, 41 anos, funcionário público).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderando a dificuldade de reestruturação econômica, os problemas relativos ao reassentamento das famílias ribeirinhas, principalmente no que concerne ao funcionamento dos projetos, constata-se que a expectativa de um desenvolvimento econômico projetado no PEU (Plano de Estruturação Econômica) não tem correspondido à realidade do Município.

Para aqueles que vivem nos assentamentos, a irrigação ainda é um sonho, quatro anos após a transferência. As famílias do Projeto Curupati moram a 50 m de um trecho do Canal da Integração, em cujos objetivos se inclui o incentivo à agricultura irrigada, um objetivo não voltado ao pequeno irrigante, já que o escasso gado de criação desses assentados mata a sede nas torneiras das casas interligadas à Cagece e é proibido o usufruto da água do canal para essas 200 famílias.

Quanto ao rio, considerado como marco visual e simbólico, elemento e lugar onde se inscrevia parte do cotidiano dos jaguaribarenses de Poço Comprido e do distrito-sede, era, segundo os moradores, o principal entretenimento das crianças, jovens, adultos e velhos. Utilizado como lazer não somente por suas águas, mas por todos os atrativos – ingazeiras, oiticicas que se transformavam em trampolins e lugar de esconderijo, pedras, cada qual com seu nome – que tornavam o Jaguaribe um universo de lazer através do qual “não se via a hora passar”.

A nova lógica urbana condicionou novas práticas, novos sentidos de orientação, novos trajetos, sempre mais longos, o que, no início, causou estranhamento, uma vez que modificou também a percepção do tempo social, que parece ter ficado mais curto no “corre-corre da nova cidade” (Gilson Bezerra, 50 anos, morador).

A casa – cercada pelos murinhos baixos e sem o parapeito, e sem a calçada que predominava na antiga paisagem urbana – é, para alguns, sobretudo os mais velhos, espaço de confinamento. Casos de esclerose e doenças relacionadas à diminuição das aptidões físicas e mentais foram relatados.

As mudanças na geografia cotidiana, encaminhadas pela geografia espacial da ordem e da regulação tanto quanto as novas práticas e rotinas aliadas às noções de mobilidade, orientação e

¹³ Tuan (1983)

distância são fatores contributivos para um constante mergulhar na antiga Jaguaribara e para uma resistência à nova sede.

Pensar em deslocamentos populacionais, sejam eles forçados pela construção de barragens ou usinas ou por quaisquer outros fatores, significa pensar em “desterritorialização” e nas rupturas que ela traz consigo. Rupturas com o território, com a cultura, com a identidade do lugar. Daí, Santos afirmar que a palavra desterritorialização também significa “estranhamento” e “desculturização”.

Sair do lugar de origem, onde se teceram e foram fortalecidas as relações com o território e, numa dimensão mais íntima, com o lugar, é difícil. Torna-se mais difícil ainda quando essa mobilidade é forçada por fatores exógenos e alheios ao “migrante”. Alheios ao seu desejo de não partir, de permanecer.

Entre a memória e a descoberta, o jaguaribarense vive as mudanças nas práticas e rotinas diárias, as dificuldades de sobrevivência, as adaptações. Nesse contexto de receio e de esperança, os depoimentos se voltaram à antiga Jaguaribara, lugar onde predominavam as certezas, nascidas da saudade e da falta.

E vez ou outra, esse mergulho no passado resgata o deslocamento compulsório e a importância do lugar enquanto território singular da luta, da experiência e das referências identitárias. A mudança para a Nova Jaguaribara veio, para alguns moradores, acompanhada de dúvidas entre o ficar (simbólico) na antiga cidade e o levá-la consigo.

Poderíamos afirmar que Jaguaribara vive um momento dual entre a memória e a descoberta (SANTOS, 1997). É na perspectiva de uma vida melhor, de um acesso à agricultura irrigada (que também nessa região se volta ao grande capital) e da possibilidade de reconstruir o seu lugar que se designa o desejo de olhar para o futuro e de escrever uma nova história na geografia da Nova Jaguaribara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERRARA, Lucrecia. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

FRÉMONT, Armand. **A Região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedinha, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE. **Jaguaribara: resistindo e vivendo**. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes. **Nem parece o tempo em que vocês jogavam biriba na calçada: o lugar em Nova Jaguaribara**. Fortaleza, 2003. 141 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, UECE.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

TUAN, Y. F. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.